

42100001.27.812.050.23097.03.33903900.1.00.00.0.30-9978. DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2019 SIGNATÁRIOS: Neurisangelo Cavalcante de Freitas - Diretor-Presidente da Cagece, Claudia Elizangela Caixeta Lima - Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital da Cagece e Rogério Nogueira Pinheiro - Secretário do Esporte e Juventude - SEJUV.

Bergson Gomes Bezerra
COORDENADOR JURÍDICO

SECRETARIA DA FAZENDA

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº023/2007

I - ESPÉCIE: EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2007, cujo objeto é a locação de imóvel, destinado ao funcionamento do Alojamento do Posto Fiscal Antônio Gonçalves de Oliveira, no Município de Ipaumirim; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ; III - CONTRATADA: **MARIA DE FÁTIMA JORGE PONTES**; IV - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93; V- FORO: Comarca de Fortaleza; VI - OBJETO: **Alterar a Cláusula Terceira e Quarta deste Contrato**; VII - DETALHAMENTO: O período de vigência deste Contrato de Locação fica prorrogado por mais 01(um) ano, com início em 01.04.2019 e término em 31.03.2020. O aluguel mensal desta locação passará de R\$ 315,96 (trezentos e quinze reais e noventa e seis centavos) para R\$ 317,27 (trezentos e dezessete reais e vinte e sete centavos) e será pago até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido, na sede do LOCATÁRIO; VIII - VIGÊNCIA: Até 31/03/2020; IX - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não expressamente modificadas através deste Aditivo; X - DATA: 28/03/2019; XI - SIGNATÁRIOS: Sandra Maria Olímpio Machado – Secretária Executiva - Maria de Fátima Jorge Pontes – Proprietária. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de abril de 2019.

Thiago Alves Paiva
AUD. FIS. C. F. DA REC. ESTADUAL

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº001/SEINFRA/2019

I - ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/SEINFRA/2019.; II - CONTRATANTE: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará; III - ENDEREÇO: Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, s/n Edifício Seinfra/SRH - Cambeba, Fortaleza/Ce; IV - CONTRATADA: **CONSÓRCIO SEINFRA/CEARÁ INTEGRADO V**, constituído pelas empresas OI MÓVEL S/A, TELEMAR NORTE LESTE S/A, e OI S.A.; V - ENDEREÇO: Rua do Lavradio, nº 71, SL 201/801 Bairro Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.230-070.; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo fundamenta-se no que consta do Processo Administrativo VIPROC nº 02371620/2019 e no artigo 65, II, b da Lei 8.666/93 e suas alterações.; VII- FORO: Comarca de Fortaleza, Ceará; VIII - OBJETO: CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DE BENEFICIÁRIOS O presente aditivo tem por finalidade a **alteração da razão social dos beneficiários** do contrato, nos termos da Lei nº 16.710/2018, sem contudo alterar suas dotações orçamentárias e CNPJs.; IX - VALOR GLOBAL: Permanece inalterado; X - DA VIGÊNCIA: 21 de julho de 2019.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas.; XII - DATA: 08 de abril de 2019.; XIII - SIGNATÁRIOS: Lucio Ferreira Gomes, Secretário da Infraestrutura, Flávio Wagner Carneiro Tomás e Leandro Carvalho Albuquerque, Representantes Legais do Consórcio Contratado..

Aline Saldanha de Lima Ferreira
COORDENADORA JURÍDICA

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 005/2019

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - DAE CONTRATADA: **DATERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**. OBJETO: Constitui objeto deste Termo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 10 (DEZ) CENTROS DE ESPORTE PARA FUTEBOL - ARENINHA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, conforme ANEXO B - PLANILHA DE QUANTITATIVOS e ANEXO C - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, parte integrante deste contrato, independente de transcrição, em Regime de Empreitada por Preço Unitário. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Concorrência Pública nº 20180006/DAE/CCC e seus ANEXOS, devidamente homologada, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: 26/01/2020. VALOR GLOBAL: R\$ 13.659.012,50 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, doze reais e cinquenta

centavos) pagos em moeda corrente nacional DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08200012.15.451.050.32333 - Construção de Edificações Públicas - ADR: 03 - Grande Fortaleza, Natureza das Despesas: 449051 - Obras e Instalações - Fonte de Recursos: 00 - Tesouro Estadual. DATA DA ASSINATURA: 02/04/2019 SIGNATÁRIOS: Silvio Gentil Campos Júnior - Superintendente do DAE (Contratante) e Jaime Dean Sousa Alexandre - Administrador da Empresa Daterra Construções e Serviços EIRELI ME (Contratada)

Silvio Gentil Campos Júnior
SUPERINTENDENTE

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

TERMO DE REVOGAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº20180003/CEGÁS – REGIDA PELA LEI Nº13.303/2016

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, situada na Av. Washington Soares, 6475, Bairro José de Alencar, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada por seu Diretor Presidente Hugo Santana de Figueirêdo Junior, portador da Carteira de Identidade de nº .628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, com fulcro no art. 62 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, resolve **REVOGAR o Edital de Licitação nº 20180003/CEGÁS**, com critério de julgamento melhor combinação de Menor Preço, processo nº 1189666/2018, que trata da contratação dos serviços e atividades periódicas de operação e manutenção mecânica, elétrica, instrumentação, automação, cromatografia e odorização, a serem desenvolvidos nos equipamentos e instalações da rede de distribuição de gás da CEGÁS, nas áreas de atuação da CEGÁS, nas regiões de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Maracanau, Pacajus, Pecém e São Gonçalo do Amarante, e em outros municípios do estado do Ceará que por ventura venham ser atendidos pela CEGÁS, decorrente de fato superveniente consistente em óbice manifesto e incontornável à continuidade do feito, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016. Pelo que firma a presente revogação, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, em Fortaleza, 08 de abril de 2019.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
DIRETOR PRESIDENTE

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, em cumprimento à legislação vigente, submete à apreciação de V.Sas. Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018. O METROFOR vem realizando sua função institucional, conjugada com as políticas públicas do Governo Estadual, está em permanente busca da formação de um serviço público eficaz, transparente e altamente capacitado. Celebrado em 27 de junho de 2013, Termo de Compromisso nº 001/2013 com a União visando à continuidade da Implantação do Projeto Metrofor – Linha Sul, no montante de R\$ 99.251.597,53, sendo R\$ 94.251.597,53 de Recursos da União e R\$ 5.000.000,00 de Contrapartida do Estado. Para a execução dos sistemas fixos do Projeto da Linha Sul, também foi assinado o Termo de Compromisso nº 001/2014, em 19 de setembro de 2014, garantindo o montante de R\$ 191.800.000,00, sendo R\$ 150.000.000,00 de Recursos da União e R\$ 41.800.000,00 de Contrapartida do Governo do Estado do Ceará. Relativo à investimentos para a Linha Sul, durante o exercício 2018, foram repassados Recursos do Governo Federal no montante de R\$ 25.000.000,00 e do Governo do Estado R\$ 32.000.000,00, como Contrapartida, referente ao Termo de Compromisso nº 001/2014. Quanto ao Termo de Compromisso nº001/2013 os valores previstos já foram totalmente repassados em anos anteriores, encontrando-se em fase final de implantação. Considerando o Termo de Compromisso nº 001/2013, os desembolsos se referiram à sistemas de Oficinas, sistemas de Bilhetagem Eletrônica, e Gerenciamento, totalizando despesas no montante de R\$ 5.210.587,16. Com relação ao Termo de Compromisso nº 001/2014, em 2018 foram investidos R\$ 29.007.541,89, de recursos oriundos da União, e R\$ 29.897.344,53 de recursos do Estado como Contrapartida, totalizando investimentos no montante de R\$ 58.904.886,42. Os desembolsos foram referentes ao fornecimento, montagem e instalação dos sistemas fixos de sinalização e telecomunicações. A operação comercial da Linha Sul do Metrô de Fortaleza teve seu início em 01 de outubro de 2014, e hoje operamos no horário de 05h30m às 23h40min, de segunda a sábado, no trecho completo entre o Centro de Manutenção, localizado em Vila das Flores-Pacatuba e a Estação Chico da Silva no Centro de Fortaleza, tendo sido transportado em 2018 o total de 8.646.192, passageiros com média mensal de 1.053.378 passageiros, representando um incremento de 32% em relação ao exercício de 2017. Ressaltamos que em 2018 implantamos o sistema de Telecomunicações ao longo da linha e nos trens. Também em 2018 foi iniciado o funcionamento de negócios não operacionais na Linha Sul, através do fornecimento de diversos serviços, como lojas, exploração de mídia e máquinas de vendas, com expansão prevista para o exercício de 2019, inclusive com adesivação dos trens. Ainda na Linha Sul, foi inaugurada em maio de 2018 uma área de lazer, com 127 metros quadrados, ao lado da Estação Juscelino Kubitschek, com diversos brinquedos e equipamentos de ginástica, na avenida João Pessoa. A operação do Sistema de VLTs na Linha Oeste (entre os municípios de Fortaleza e Caucaia), transportou 2.227.989 passageiros em 2018, perfazendo uma média mensal de 185.666 passageiros. Com relação ao Metrô do Cariri transportamos no ano de 2018, 409.777



passageiros, representando uma média mensal de 34.148 passageiros. Por fim nos referimos ao Metrô de Sobral, transportamos no ano de 2018, 1.356.576 passageiros, representando uma média mensal de 113.048 passageiros, onde operamos no horário de 05h30m às 23h40m de segunda-feira a sábado. Informamos que foi implantado em 2018 a bilhetagem eletrônica nesse sistema. Ainda em Sobral, a quantidade de passageiros em 2018 representou aumento de 374% em relação ao ano de 2017, sendo a linha com maior aumento da demanda de usuários no exercício de 2018. A operação assistida do VLT Parangaba Mucuripe teve seu início em julho de 2017 e hoje está sendo realizada desde a Estação Parangaba até a Estação Papicu, com transbordo de passageiros em Borges de Melo, operando com 2 composições, de segunda feira até aos sábados, entre 06:00h e 13:20h, retornando de 16:40h às 21:00h, tendo sido transportado em 2018 o total de 591.348, passageiros com média mensal de 47.279 passageiros. Finalizando, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o bom desempenho de nossas atividades. Fortaleza, 31 de janeiro de 2019. A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM R\$ (REAIS)**

	ATIVO			PASSIVO			
		31.12.2018	31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017	
ATIVO CIRCULANTE		29.743.438,81	35.481.082,08	PASSIVO CIRCULANTE		17.031.206,41	13.341.085,21
CAIXA E EQUIVALENTES	4.1	18.922.453,15	27.790.560,26	Fornecedores Nacionais	4.9	12.573.925,93	10.389.071,11
Bancos C/Movimento	4.2	57.242,36	92.034,53	Obrigações Trabalhistas	4.10.1	2.004.715,34	906.031,45
Aplicações Financeiras	4.3	18.865.210,79	27.698.525,73	Obrigações Tributárias	4.10.2	1.444.277,31	963.392,09
				Credores por Caução		368.035,21	400.208,56
CRÉDITOS		10.820.985,66	7.690.521,82	Provisões Férias e Encargos		591.378,46	638.602,84
Impostos a Recuperar	4.4	845.906,83	622.542,13	Obrigações com Convênios		18.596,62	24.900,67
Adiantamentos		159.060,97	177.681,01	Títulos a Pagar		30.277,54	18.878,49
Contas a Receber		246.350,78	310.522,17				
Almoxarifado	4.5	9.224.215,86	6.177.718,14				
Despesas Antecipadas		2.219,17	1.849,81				
Devedores Diversos		343.232,05	400.208,56	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		741.658.975,07	743.954.677,19
				Créditos de Terceiros		489.675,41	489.675,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.855.604.881,45	1.854.865.054,98	Provisões Passivos Contingentes	5.3	22.159.198,98	23.970.926,51
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.432.002,41	6.672.460,06	Subvenções para Investimentos	6	719.010.100,68	719.494.075,27
Depósitos Judiciais	4.6	8.432.002,41	6.672.460,06				
INVESTIMENTOS		1.000,00	1.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.126.658.138,78	1.133.050.374,66
IMOBILIZADO	4.7	1.823.261.452,79	1.820.127.617,67	Capital Social	7.1	1.941.400.000,00	1.700.405.000,00
INTANGÍVEL		27.508,22	27.508,22	Adto p/Futuro Aumento Capital	7.2	66.106.037,28	132.586.936,65
DIFERIDO	4.8	23.882.918,03	28.036.469,03	(-) Prejuízos Acumulados		(880.847.898,50)	(699.941.561,99)
TOTAL GERAL DO ATIVO		1.885.348.320,26	1.890.346.137,06	TOTAL GERAL DO PASSIVO		1.885.348.320,26	1.890.346.137,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM R\$ (REAIS)**

		31.12.2018	31.12.2017
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.1	26.563.053,84	18.526.625,55
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	9.2	(129.560.771,00)	(110.784.637,75)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(102.997.717,16)	(92.258.012,20)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(104.968.064,57)	(101.430.289,90)
Despesas Gerais e Administrativas	9.3	(28.070.705,20)	(22.578.220,77)
Despesas Tributárias		(1.161.903,64)	(1.007.656,56)
Depreciações e Amortizações		(75.208.410,88)	(72.202.889,05)
Provisões p/Contingências		(527.044,85)	(5.652.284,25)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		739.925,45	911.445,31
Receitas Financeiras		747.438,86	922.206,04
Despesas Financeiras		(7.513,41)	(10.760,73)
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	9.4	26.319.519,77	25.435.551,43
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(180.906.336,51)	(167.341.305,36)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(180.906.336,51)	(167.341.305,36)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,09)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo Líquido	(180.906.336,51)	(167.341.305,36)
Ajustes ao Prejuízo		
Depreciação e Amortização	75.208.410,88	72.202.889,05
Valor residual dos bens baixados	6.626,49	(98.968,72)
Perdas p/Desvalorização - Test Impairment	-	593.825,98
Provisão de contingências	527.044,85	5.652.284,25
Prejuízo Líquido Ajustado	(105.164.254,29)	(88.991.274,80)
Varição nas contas do Ativo e Passivo		
Impostos a recuperar	(223.364,70)	1.394.180,03
Adiantamentos	18.620,04	42.428,56
Contas a receber	64.171,39	(153.503,20)
Estoques	(3.046.497,72)	(2.225.930,36)
Despesas antecipadas	(369,36)	2.172,19
Devedores diversos	56.976,51	(295.675,04)
Depósitos Judiciais	(1.759.542,35)	(683.242,14)



ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	2.184.854,82	3.622.321,93
Obrigações trabalhistas	1.098.683,89	77.414,78
Obrigações tributárias	480.885,22	(997.812,90)
Cretores por caução	(32.173,35)	276.481,08
Provisões Férias e Encargos	(47.224,38)	131.418,62
Obrigações com convênios	(6.304,05)	4.235,27
Titulos a pagar	11.399,05	(54.572,80)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(106.364.139,28)	(87.851.358,78)
Atividades de Investimento		
Aquisições e gastos do imobilizado	(74.195.321,49)	(59.300.543,23)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(74.195.321,49)	(59.300.543,23)
Atividades de Financiamento		
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	174.514.100,63	132.545.486,00
Subvenções recebidas	(483.974,59)	15.327.681,63
Variação do Passivo Não Circulante	(2.338.772,38)	(1.427.760,11)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	171.691.353,66	146.445.407,52
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.868.107,11)	(706.494,49)
VARIAÇÃO LÍQ.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.868.107,11)	(706.494,49)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	27.790.560,26	28.497.054,75
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	18.922.453,15	27.790.560,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ITENS	CAPITAL SUBSCRITO / INTEGRALIZADO	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Saldos em 31.12.2016	1.298.105.000,00	402.341.450,65	(532.600.256,63)	1.167.846.194,02
Aumento de capital com reservas	402.300.000,00	(402.300.000,00)	-	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	132.545.486,00	-	132.545.486,00
Prejuízo do exercício em 31/12/2017	-	-	(167.341.305,36)	(167.341.305,36)
Saldos em 31.12.2017	1.700.405.000,00	132.586.936,65	(699.941.561,99)	1.133.050.374,66
Aumento de capital com reservas	240.995.000,00	(240.995.000,00)	-	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	174.514.100,63	-	174.514.100,63
Prejuízo do exercício em 31/12/2018	-	-	(180.906.336,51)	(180.906.336,51)
Saldos em 31.12.2018	1.941.400.000,00	66.106.037,28	(880.847.898,50)	1.126.658.138,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2018

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, foi criada através da Lei Estadual nº 12.682 de 02.05.97, alterada pela Lei nº 13.410 de 15.12.2003, sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, tendo por missão o planejamento, a construção, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de obras e serviços de transporte de passageiros e/ou cargas sobre trilhos ou guiados, no Estado do Ceará e nas áreas vizinhas que possam ser a ele integrados, bem como todas as atividades conexas.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base para preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Para atender as exigências das práticas contábeis e com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a companhia concluiu que não é aplicável, para o grupo do realizável e exigível a longo prazo, o ajuste a valor presente como para os outros saldos classificados nos ativos e passivos. Desta forma as demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, em geral, como base de valor. Completa que os valores são condizentes com as condições econômicas de mercado e sem riscos nas entidades envolvidas.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. Com relação à Correção Monetária das Demonstrações Contábeis - De acordo com o art.4º da Lei nº 9.249 de 26.11.95, deixou-se de efetuar a correção monetária do Balanço Patrimonial, a partir de 01.01.96.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Caixa e Equivalentes

Representam as contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, realizáveis em até 90 (noventa) dias e são demonstrados pelo custo mais as atualizações, as quais se aproximam do valor de mercado, devido à natureza de curto prazo dos investimentos.

3.2. Impostos a Recuperar

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de Imposto de Renda incidentes sobre os rendimentos de aplicações financeiras que na apuração do exercício configuram-se como Saldo Negativo do Imposto de Renda.

3.3. Estoques

Os estoques de materiais de consumo (almoxarifado) foram avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam o preço de venda estimado.



3.4 Investimento

Representa investimento em obra de arte e está registrada pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção, teste de recuperabilidade, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens em uso.

3.6. Intangível

O ativo intangível é formado pelo valor da marca, que se encontra registrado e avaliado pelo custo de aquisição.

3.7. Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade com o pronunciamento CPC no13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização.

3.8. Outros ativos circulante e não circulante

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e provisão para perda, quando julgada necessária. São reconhecidos pelo regime de competência.

3.9. Passivos circulante e não circulante

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, quando aplicável. São reconhecidos pelo regime de competência.

3.10. Apuração dos Resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, destacando-se os seguintes procedimentos:

- Aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, que não supera o seu valor de presente;
- Os encargos sobre férias foram reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- A receita operacional de venda de bilhetes é reconhecida com base nos valores arrecadados nas bilheterias.

4 – COMPOSIÇÕES DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

4.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação são igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

DESCRIÇÃO	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
	R\$	
	2018	2017
Bancos conta Movimento	57.242,36	92.034,53
Aplicações Financeiras	18.865.210,79	27.698.525,73
TOTAL	18.922.453,15	27.790.560,26

4.2 – Bancos Conta Movimento

DESCRIÇÃO	BANCOS CONTA MOVIMENTO	
	R\$	
	2018	2017
Bco do Brasil – Desap. Linha Sul 24.377-9	-	49,00
Caixa Econômica Federal – JK/Pe.Cicero - 3591	57.235,65	91.985,53
Bco do Brasil - 26.346-X – Conv. Rec.União	2,71	-
Bco do Brasil - 26.350-8 – VLT's – BNDES	4,00	-
TOTAL	57.242,36	92.034,53

4.3 – Aplicações Financeiras

DESCRIÇÃO	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
	R\$	
	2018	2017
Bco do Brasil - FAC 21.532-5 - Recursos Próprios	4.612.515,90	2.301.924,66
Bco do Brasil - 1.701.750-5 AP - Custeio	858.957,39	4.844.976,08
Bco do Brasil - 24.377-9 - Aplicação Estado	21.888,95	3.641,72
Bco do Brasil - 26.350-8 – Apl. VLT's-BNDES	2.251.115,79	2.151.442,27
Bco do Brasil - Conv.Rec. União-Aplic. 26.346-X	8.190.570,41	12.935.406,47
Bco do Brasil –Rec.CBTU/União-L.Sul-26.946-8-Aplic	4.973,33	3.991.514,06
Bco do Brasil–Custeio/Encargos – 27098-4-Aplic	2.925.189,02	1.469.620,47
TOTAL	18.865.210,79	27.698.525,73

4.4 – Impostos a Recuperar

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS A RECUPERAR	
	R\$	
	2018	2017
Imposto de Renda a Recuperar	845.906,83	622.542,13

O IRRF a Recuperar é originado a partir dos valores incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras.

4.5 – Almoxarifado

DESCRIÇÃO	ALMOXARIFADO	
	R\$	
	2018	2017
Almoxarifado Administrativo	138.192,49	140.236,09
Almoxarifado Operacional	9.086.023,37	6.037.482,05
TOTAL	9.224.215,86	6.177.718,14

4.6 – Depósitos Judiciais

Os valores constantes como Depósitos Judiciais, correspondem aos depósitos judiciais de causas trabalhistas de empregados e cíveis, para garantir eventuais recursos aos processos em andamento, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$	
	2018	2017
Ações Trabalhistas	7.001.068,72	5.385.683,37
Ações Cíveis	1.430.933,69	1.286.776,69
TOTAL	8.432.002,41	6.672.460,06

4.7 – Imobilizado

Até o término do exercício de 2018, a companhia apurou a depreciação com base nas taxas médias demonstradas na tabela abaixo, em função da avaliação e prazo de vida útil econômica bens do Ativo Imobilizado para atendimento das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, produzindo efeitos a partir do exercício de 2018. Vale salientar que o efeito da realização do teste de impairment realizado pela empresa especializada, já foi considerado nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir, como também, para o ano de 2018 a companhia constatou que não há indicação que o conjunto de ativos em seu poder esteja registrado a maior que o valor passível de ser recuperado:

DESCRIÇÃO	2018			2017		TX.ANUAL DEPREC.
	CUSTO	DEPRECIACÃO	IMPAIRMENT	RESIDUAL	RESIDUAL	
Terrenos	24.502.281,87	-	-	24.502.281,87	24.268.558,64	-
Móv. e Utensílios	3.512.417,65	-1.562.360,75	-55.289,05	1.894.767,85	2.086.168,25	10%
Ed. Dependências	1.337.982.426,84	-201.244.067,16	-2.524,13	1.136.735.835,55	1.174.972.656,81	4%
Veic. Rodoviários	1.557.314,72	-1.103.125,96	0,00	454.188,76	342.801,56	10%
Apar. Equip. Telec.	589.346,92	-213.354,81	-75.604,76	300.387,35	376.129,04	10%
Equip. Proc.Dados	2.315.047,94	-1.504.702,77	-2.255,55	808.089,62	474.059,88	20%
Máq.Eq. Diversos	7.526.536,87	-2.185.891,42	-852,58	5.339.792,87	5.881.908,38	10%
Instal. de Escritório	1.845,75	-1.845,75	-	0,00	-	10%
S. Aplic -Softw ares	81.712,82	-70.804,47	-	10.908,35	-	20%
Veic. Ferroviários	100.458.573,82	-56.619.331,67	-	43.839.242,15	47.857.750,68	20%
Est. E Terminais	14.255,81	-9.836,64	-2.898,57	1.520,60	2.566,04	10%
Obras de Arte	5.285.438,86	-2.468.145,31	-	2.817.293,55	2.975.196,51	10%
Sinaliz. e Comunic.	178.230.338,09	-34.085.392,24	-34.627,38	144.110.318,47	161.942.323,22	10%
Superest. de Linha	47.906.089,97	-10.780.566,08	-83.443,61	37.042.080,28	38.557.086,12	10%
Leito de Linha	1.343.847,45	-187.131,36	-336.330,35	820.385,74	858.242,75	10%
Obras Andamento	424.584.359,78	-	-	424.584.359,78	359.532.169,79	-
TOTAL	2.135.891.835,16	-312.036.556,39	-593.825,98	1.823.261.452,79	1.820.127.617,67	

A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO				
DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR (2017)	ADIÇÕES	TRANSF./BAIXAS	SALDO ATUAL
Terrenos	24.268.558,64	233.723,23	-	24.502.281,87
Móv. e Utensílios	3.488.129,50	75.897,38	-51.609,23	3.512.417,65
Ed. Dependências	1.331.423.605,80	6.593.827,53	-35.006,49	1.337.982.426,84
Veic. Rodoviários	1.353.751,72	203.563,00	0,00	1.557.314,72
Apar. Equip. Telec.	654.399,35	0,00	-65.052,43	589.346,92
Equip. Proc.Dados	1.846.354,05	531.346,10	-62.652,21	2.315.047,94
Máq.Eq. Diversos	7.470.999,54	112.022,62	-56.485,29	7.526.536,87
Instal. de Escritório	1.845,75	0,00	-	1.845,75
S. Aplic -Softw ares	69.812,82	11.900,00	-	81.712,82
Veic. Ferroviários	100.458.573,82	0,00	-	100.458.573,82
Est. E Terminais	14.255,81	0,00	-	14.255,81
Obras de Arte	5.285.438,86	0,00	-	5.285.438,86
Sinaliz. e Comunic.	176.848.759,41	1.381.578,68	0,00	178.230.338,09
Superest. de Linha	47.906.089,97	0,00	0,00	47.906.089,97
Leito de Linha	1.343.847,45	0,00	0,00	1.343.847,45
Obras Andamento	359.532.169,79	77.576.690,12	- 12.524.500,13	424.584.359,78
TOTAL	2.061.966.592,28	86.720.548,66	-12.795.305,78	2.135.891.835,16

4.8 – Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade com o pronunciamento CPC nº13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização sendo aplicado uma taxa anual de 10%, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	DIFERIDO		TAXA ANUAL DE AMORTIZAÇÃO
	2018	2017	
Despesas Pré-Operacionais - Lei 11.638/07	33.635.960,43	33.635.960,43	
Despesas Pré-Operacionais - Incorporações Metrofor	7.899.549,35	7.899.549,35	
(-) Amortização Acumulada	(17.652.591,75)	(13.499.040,75)	10%
TOTAL	23.882.918,03	28.036.469,03	

4.9 – Fornecedores

DESCRIÇÃO	FORNECEDORES	
	2018	2017
Thompson Segurança Ltda	1.627.686,31	1.884.135,65
Robert Faust – ME	81.986,26	147.524,27
Coelce	762.515,03	581.585,04
Petrobrás S.A.	70.600,00	58.300,00
SMF Serviços e Manutenção Ferroviário Ltda	589.689,75	665.040,22
SETEC/MWH Brasil Engenharia e Projetos Ltda	432.829,05	-
Sodexo Pass do Brasil Serv. e Com. Ltda	1.206.272,41	-
Interativa Empreendimentos e Serv.Limpeza e Cons.Ltda	32.385,38	84.718,95
Servarm Serviços de Vigilância Armada Ltda	-	54.797,70
Consórcio Metro Service	3.164.677,21	2.602.931,08
Thyssenkrupp Elevadores S/A	98.913,19	107.832,46
Rocha Araújo & Arrais Advogados	79.492,95	18.820,34
Gramados Comércio de Plantas Ornamentais Ltda	120.805,38	124.812,23
Carter Empreend. Mão de Obra Ltda	-	63.693,61
FAS Serviços e Transportes Ltda	123.810,55	122.658,57
Maracanãs Viagens e Turismo Ltda	275.873,07	304.745,22
Outros Fornecedores	4.005.302,58	3.567.475,77
TOTAL	12.573.925,93	10.389.071,11

4.10 – Encargos Trabalhistas e Tributários

4.10.1 – Trabalhistas

DESCRIÇÃO	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
	2018	2017
Salários e Gratificações a Pagar	795.245,76	-
FGTS a Recolher	282.689,63	187.928,50
INSS a Recolher	409.856,46	251.719,58
Consignações Diversas	451.321,71	425.615,38
Outras Contas	65.601,72	407.67,99
TOTAL	2.004.715,34	906.031,45

4.10.2 – Tributárias

DESCRIÇÃO	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
	R\$	
	2018	2017
ISS a Recolher	197.944,00	235.464,77
PIS a Recolher	1.123,32	692,26
COFINS a Recolher	5.860,32	3.803,47
Imposto de Renda Retido a Recolher	345.050,38	166.283,34
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	260.104,00	176.169,99
INSS Retido a Recolher	579.761,94	336.531,27
Contribuição Previdenciária s/Receita	54.433,35	44.446,99
TOTAL	1.444.277,31	963.392,09

5- PROVISÕES

5.1. Imposto de Renda/Contribuição Social sobre o Lucro

Não foram apurados valores a pagar dos tributos IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devido a Companhia estar em fase de implantação, e mesmo iniciando a operação em outubro de 2014, apresentou prejuízo no ano. No exercício de 2018 foi utilizada a sistemática de apuração do Lucro Real Anual para a apuração do resultado fiscal da Companhia, não tendo sido apurado débitos de IRPJ e CSLL.

5.2. Ativo Fiscal Diferido

A Companhia não realiza o registro contábil do Ativo Fiscal Diferido, decorrentes de prejuízos fiscais e base de contribuições sociais sobre o lucro líquido, por não atender cumulativamente as condições regulamentares. Com base no regulamento, a Companhia não apresenta histórico de rentabilidade como não apresenta, efetivamente, ainda expectativa clara e concreta de geração de lucros tributáveis futuros.

5.3. Provisão para Contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, em diversas instâncias, ajuizados e conhecidos na data de encerramento das demonstrações contábeis, tendo a administração adotado como procedimento a substituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos. Em análise das demandas judiciais pendentes a assessoria jurídica da companhia apontou o percentual de risco de perda destas causas e assim sendo a companhia apresenta o registro de provisões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, respectivamente no montante de R\$ 23.970.926,51 e R\$ 22.159.198,98. Historicamente a contrapartida contábil dos valores provisionados, na conta de contingência passiva, é registrada em rubrica do resultado, despesas c/ provisões. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

NATUREZA	PROVISÕES (R\$)	
	2018	2017
	Trabalhistas	7.372.620,26
Cíveis	14.786.578,72	17.876.561,95
SALDO ATUAL	22.159.198,98	23.970.926,51

6- SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

As subvenções para investimento recebidas são destinadas a aquisições de ativo imobilizado (obras em andamento do projeto Metrô). Diferidas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e estão sendo reconhecidas na demonstração do resultado a medida da realização do ativo vinculado, conforme estabelece os itens 12 e 26 do Pronunciamento Técnico CPC no 07.

A Companhia registrou na conta de Subvenções para Investimento os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos gerados dessas subvenções recebidas, do mesmo modo do valor do principal – receitas diferidas. O procedimento adotado por encontrar-se vinculado, ao mesmo tempo, a realização da atividade do ativo e está sendo reconhecida também na demonstração do resultado a medida da efetivação dos ativos vinculados. No exercício de 2018 foi reconhecido, no resultado como receita, parte da realização dos investimentos de determinados ativos, no valor de R\$ 26.102.947,08, o qual é registrado no grupo de outras receitas (despesas) operacionais. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

MOVIMENTAÇÃO	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	
	R\$	
	2018	2017
Saldo Anterior	719.494.075,27	704.166.393,64
Investimentos	25.000.000,00	39.340.000,00
Rendimentos	618.972,49	1.472.451,83
Realizações	(26.102.947,08)	(25.484.770,20)
SALDO ATUAL	719.010.100,68	719.494.075,27

7- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 1.941.400.000,00 (Hum bilhão, novecentos e quarenta e um milhões e quatrocentos e cinco mil reais), correspondendo a 776.560.000 (Setecentos e setenta e seis milhões, quinhentos e sessenta mil) ações ordinárias - ON, ao preço de R\$ 2,00 (dois reais) cada uma e 1.553.120.000 (Hum bilhão, quinhentos e cinquenta e três milhões, cento e vinte mil) ações preferenciais - PN, ao preço de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) cada uma, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconvertíveis de uma espécie em outra, totalmente integralizado e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

ACIONISTA	CAPITAL SOCIAL			
	EM QUANTIDADE DE AÇÕES			EM R\$
	ON	PN	TOTAL	INTEGRALIZADO
Estado do Ceará	776.559.989	1.553.119.978	2.329.679.967	1.941.399.972,50
Lúcio Ferreira Gomes	1	2	3	2,50
Francisco Quintino Vieira Neto	1	2	3	2,50
Eduardo Fontes Hotz	1	2	3	2,50
José Nelson Martins de Sousa	1	2	3	2,50
Paulo César Moreira de Sousa	1	2	3	2,50
Roberto Bringel de Oliveira Correia	1	2	3	2,50
Ricardo Durval Eduardo de Lima	1	2	3	2,50
Tiago Brasileiro Coelho	1	2	3	2,50
José Elcio Batista	1	2	3	2,50
Ronaldo Lima Moreira Borges	1	2	3	2,50
Lana Aguiar de Araújo	1	2	3	2,50
TOTAL	776.560.000	1.553.120.000	2.329.680.000	1.941.400.000,00

O capital social é mantido a 1/3 para as ações ordinárias e 2/3 para as ações preferenciais, conforme as ações possuídas por cada acionista. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório; prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da sociedade; participação, em igualdade de condições com ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes; em caso de dissolução da sociedade, os dividendos cumulativos poderão ser pagos a cada espécie à conta do capital social.

7.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo da conta do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de recursos financeiros repassados pela acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual. Contabilizados, os recursos recebidos, como Créditos para Aumento de Capital que será utilizado para integralização de capital da Companhia pelo acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará:



ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	RS	
	2018	2017
Créditos para Futuro Aumento de Capital - Governo do Estado do Ceará	66.106.037,28	132.586.936,65

8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia elaborou o Demonstrativo de Fluxo de Caixa adotando o Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o qual demonstrou a Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de R\$ (8.868.107,11) e R\$ (706.494,49), respectivamente.

9- CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nos exercícios de 2018 e 2017 a Companhia apresenta valores totalizados nas demonstrações contábeis. Os quadros apresentados abaixo e a fim de permitir a melhor comparabilidade das informações.

9.1 A composição da linha de “Receita Operacional Líquida”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	
	RS	
	2018	2017
Receita dos Transportes Ferroviários	27.105.156,98	18.906.691,95
Receita com Venda de Bilhetes – Fortaleza	25.388.236,83	18.292.232,41
Receita com Venda Bilhetes – Cariri	354.113,00	174.096,00
Receita com Venda Bilhetes – Sobral	1.362.807,15	440.363,54
Deduções da Receita Bruta	(542.103,14)	(380.066,40)
Descontos Concedidos	-	(1.972,00)
Contribuição Previdenciária s/Receita	(542.103,14)	(378.094,40)
TOTAL	26.563.053,84	18.526.625,55

9.2 A composição da linha de “Custo dos Serviços”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	CUSTOS DOS SERVIÇOS	
	RS	
	2018	2017
Pessoal e Encargos	25.397.032,95	24.122.375,11
Outros Custos	71.142.248,77	60.614.101,70
Serviços de Terceiros	33.021.489,28	26.048.160,90
TOTAL	129.560.771,00	110.784.637,71

9.3 A composição da linha de “Despesas Gerais e Administrativas”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 no grupo de Despesas Operacionais, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
	RS	
	2018	2017
Pessoal	13.783.806,58	12.485.103,43
Consumo	900.088,88	964.210,75
Serviços Terceirizados	12.947.130,16	8.846.993,31
Conservação e manutenção/Outras	439.679,58	271.149,55
TOTAL	28.070.705,20	22.567.457,04

9.4 A composição da linha de “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	
	RS	
	2018	2017
Recuperação de Despesas	-	98,05
Receita de Imobilizado e Material Inservível	1.926,49	192.020,00
Aluguéis, Concessões e Arrendamentos	269.403,01	361.021,84
Receitas de Editais, Concursos, Cartões e Ganhos Judiciais	27.861,13	90.736,00
Receitas de Realização Subvenção	26.102.947,08	25.484.770,20
Custo Bens Baixados e Outras Despesas	(82.617,94)	(693.094,66)
TOTAL	26.319.519,77	25.435.551,43

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 28 de fevereiro de 2019.

CONTROLLER AUDITORIA E ACESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP
CRC (CE) 232-J
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03
Francisco Moisés de Almeida Gomes
DIRETOR TÉCNICO
CONTADOR CRC (CE) Nº12.837
CPF Nº575.694.793-00
CNAI Nº2.011

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Nº04/2019

Nós, abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, atendendo o que determina o Estatuto da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, examinamos os valores

que compõem o Balanço Patrimonial e Demonstrações relativos ao exercício de 2018, bem como o relatório de auditoria externa independente, e após discussão opinamos que referida peça reflete adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.
Fortaleza, 03 de abril de 2019.

Francisco das Chagas Cipriano Vieira
PRESIDENTE
Cesar Augusto Ribeiro
MEMBRO EFETIVO
Walter Batista de Santana Filho
MEMBRO EFETIVO
Paulo Henrique Studart Pinho
MEMBRO EFETIVO
Sabrine Gondim Lima
MEMBRO EFETIVO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº023/2019 - O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **CARLOS ALBERTO MENDES JUNIOR**, ocupante do cargo de Superintendente da SEMACE, matrícula nº 000537-1-6, desta Autarquia, a **viajar** à cidade de SÃO PAULO -SP, nos dias 07 e 08 de abril do corrente ano, a fim de participar da 10ª Reunião Extraordinária da ABEMA, concedendo-lhe 1.5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$ 236,56 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$ 532,26 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$ 236,56 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/SÃO PAULO/FORTALEZA, no valor de R\$ 1.923,66 (um mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 2.692,48 (dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea b, § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º e 10, classe II do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SEMACE. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 03 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno
SECRETÁRIO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº26/2019 - O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do § 1º do art. 6º do Decreto nº 23.636, de 7 de março de 1995, a **circulação**, à noite, sábados, domingos e feriados, dos seguintes **VEÍCULOS**: L200 TRITON SPT GL de placas PNJ2962, PNJ2062, PNC9632, PNJ0722; HILUX de placas HYV2556, HYV2566, HYY3396, NQY9745, NQY9705, NQY9735, NQY9695, NQY9765, ORQ7762, HZA7249, NQY9775, ORV8939, OSL0679, OSP3779, HZA7149, HZA7049; FIAT DUCATO MINIBUS de placa JRT0951; RENAULT SANDERO de placas OIE9107, OIE9057, OIB4348, OIB4328; AMAROK de placas OID6717, OID6687, OID6637, OID6627; GOL de placa OIG4055; MOTO HONDA de placas OIL3029, OIL3389, OIK6559, OIK3719; STRADA de placa OUN2887 e TROLLER de placa NUO5073, durante o mês de MAIO de 2019. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 08 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE
Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº27/2019 - O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **IZAURA LILA LIMA RIBEIRO**, ocupante do cargo de Orientadora de Célula, matrícula nº 3001201-1, lotada nesta Secretaria, a **viajar** às cidades de Cruz, nos dias 11 e 12 de abril de 2019, a fim de participar da capacitação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú, sendo as despesas custeadas pelo Comitê supramencionado, sem qualquer ônus para esta Secretaria, de acordo com o art. 3º, parágrafo único do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 08 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE
Registre-se e publique-se.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

O(A) SECRETÁRIO(A) DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições a que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086 de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º combinado com o inciso III do art. 17 da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 33.006 de 11 de Março de 2019 publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de Março de 2019, RESOLVE **NOMEAR**, o(a) servidor(a) **MARIA ALDENIR FERREIRA CORREIA**, para exercer o cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de ACESSORIA TÉCNICO, símbolo DAS-1 lotado(a) no(a) GERÊNCIA DE INSTANCIA E JULGAMENTO, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE a partir da publicação. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 09 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE
Carlos Alberto Mendes Junior
SUPERINTENDENTE

*** **

